# A Hegemonia dos Estados Unidos e o Sistema Mundial: Perspectivas para o Século XXI

Resumo: Postulamos, que os Estados Unidos, desde 1967, ingressaram em um período de deterioração de sua hegemonia. Eles ainda conservam sua hegemonia financeira, ideológica e militar, mas ela está sendo crescentemente vulnerabilizada pelas pressões que o déficit na balança de pagamentos vem exercendo sobre o dólar, pela crise de legitimidade do neoliberalismo e pelos acontecimentos de 11 de setembro que colocaram em cena uma nova forma de terrorismo que ameaça o poder militar do hegemônico ao impulsionar para dimensões imprevistas o aumento custos de proteção.

Carlos Eduardo Martins\*

#### Introdução

A hegemonia constitui um dos temas mais decisivos para a análise das relações internacionais contemporâneas. Ela exerce um papel fundamental no desenvolvimento do moderno sistema mundial, dirigido pelo capitalismo histórico. Esse sistema mundial baseia-se numa economia-mundo que articula por fluxos de capitais e mercadorias diversas unidades políticas, centradas nos Estados-nacionais.

Essa arquitetura permite que a economia, por sua abrangência mundializante, se libere do controle da política. Entretanto, a ausência de uma instituição política central traz o risco da anarquia. Torna-se fundamental a existência de uma instância política que controle a competição entre os Estados e mantenha a coordenação entre eles para definir regras econômicas, jurídicas, políticas e militares que garantam o funcionamento de uma economia mundial capitalista. Essa instância é o Estado hegemônico.

Para um Estado alcançar a hegemonia, é necessário que ele exerça uma liderança internacional suficiente poderosa para impor um interesse geral e sistêmico que condicione as distintas políticas nacionais. Essa liderança possui limites, a partir dos quais se torna um obstáculo à acumulação de capital, pois a economia-mundo capitalista não se dirige à construção de impérios mundiais, que restituam o domínio da política sobre a economia. As hegemonias devem, portanto, ser construídas e destruídas permanentemente, descrevendo um movimento cíclico no moderno sistema mundial.

Numa primeira fase, de expansão, o Estado hegemônico concentra a liderança

internacional nos planos produtivo, comercial, financeiro, ideológico e militar. Na segunda fase, de crise, vão se deteriorado os fundamentos de sua liderança mundial. Essa deterioração não ocorre de maneira uniforme. Ela atinge primeiro sua base produtiva e comercial para apenas mais tarde alcançar sua dominação financeira e ideológica. Já a ordem em que se deteriora a dominação militar varia em amplamente em cada hegemonia.

Se em sua fase de expansão, o Estado hegemônico exerce um papel virtuoso sobre o sistema mundial, impulsionando o desenvolvimento de suas forças produtivas, durante a crise, ele se converte em um fator de obstáculo a esse desenvolvimento. É consenso que, desde 1950, entramos num período sistêmico de hegemonia dos Estados Unidos. Mas, em que etapa estamos dessa hegemonia? E como ela afeta hoje o sistema mundial?

#### Marco Teórico: As Tendências do Sistema Mundial no Século XXI

Postulamos, que os Estados Unidos, desde 1967, ingressaram em um período de deterioração de sua hegemonia. Eles ainda conservam sua hegemonia financeira, ideológica e militar, mas ela está sendo crescentemente vulnerabilizada pelas pressões que o déficit na balança de pagamentos vem exercendo sobre o dólar, pela crise de legitimidade do neoliberalismo e pelos acontecimentos de 11 de setembro que colocaram em cena uma nova forma de terrorismo que ameaça o poder militar do hegemón ao impulsionar para dimensões imprevistas o aumento custos de proteção. Para situarmos a trajetória da hegemonia dos Estados Unidos no sistema mundial, devemos integrar a longa duração à nossa análise da conjuntura. Para isso, devemos tomar em consideração os seguintes elementos:

i) Um primeiro, que são os ciclos sistêmicos. Eles foram teorizados pela escola do sistema mundial, através da obra de autores como Giovanni Arrighi, Beverly Silver e Immanuel Wallerstein. Esses ciclos são organizados por hegemonias que dividem-se em fases de expansão e crise. Durante a crise, o poder hegemônico usa o seu poder financeiro para continuar liderando a acumulação mundial. Entretanto, sua força financeira não resiste à deterioração crescente de suas bases produtivas e comerciais. A desintegração da hegemonia dá lugar a uma etapa de caos sistêmico. Nela, desenha-se uma bifurcação onde novas estruturas de poder disputam a hegemonia. No capitalismo histórico, esse processo termina com guerras de 30 anos que dão lugar a uma única configuração de poder. Ela reconstitui o sistema mundial

sobre novas bases, expandindo-o ao aumentar sua abrangência e a interação entre suas as partes.

- ii) O segundo elemento analítico que devemos tomar considerar são os ciclos de Kondratiev (Kondratiev, 1992). Esses ciclos estão ligados às revoluções tecnológicas e organizacionais, e normalmente expressam períodos de 50 ou 60 anos, que se dividem em fases A, de expansão, ou fases B, de crise econômica.
- iii) O terceiro instrumento de análise é o conceito de crise civilizacional, que se vincula à crise do modo de produção. A crise do modo de produção leva sua classe dominante a superutilizar os instrumentos políticos de apropriação dos excedentes, apoiando-se para isso no Estado. Isso ocorre quando ela tem dificuldades de extrair o excedente através de suas relações de produção. No feudalismo, as revoluções tecnológicas no campo, que aumentaram a produtividade e impulsionaram as trocas, colocaram em cheque a servidão. A conseqüência desse processo foi a conversão da nobreza ao Estado e a construção do absolutismo em aliança com a burguesia mercantil. No capitalismo, o regime assalariado está sendo posto em cheque pela automação. Essa relação é estabelecida por Marx, no *Capital* e nos *Grundrisse*, e retomada por Richta, na teoria da revolução científico-técnica, quando estabelecem a automação como a principal força motriz da tendência decrescente a taxa de lucro. Desde os anos 70, que o processo de automação se converteu num processo planetário, impulsionando o desemprego e o aumento da intervenção do Estado em favor do grande capital.

Uma vez descritos esses três instrumentos analíticos podemos, então, resumir nossas teses centrais. As trajetórias da hegemonia dos Estados Unidos e do sistema mundial nas próximas décadas devem ser entendidas a partir da combinação dessas três tendências de longa duração. Postulamos que, desde 1994, se desenvolve, nos Estados Unidos, a fase de expansão de um novo ciclo de Kondratiev, que alcança a economia mundial em 1996. A fase de expansão desse novo Kondratiev, não terá o esplendor da que se desenvolveu no pós-guerra. Ela durará menos e provocará taxas de crescimento econômico menos expressivas, já que sobre ela incidirão dois movimentos descendentes. Esses movimentos descendentes são a fase b do ciclo sistêmico e a crise civilizacional. Na nova fase de expansão, os Estados Unidos deverão ter deteriorados os fundamentos financeiros e ideológicos de sua hegemonia e perderão a posição de liderança da economia mundial nos anos 80 e 90, só ultrapassada, no período, pelo Leste Asiático. O mundo entrará numa fase de caos

sistêmico e nenhum Estado nacional será capaz de reconstrui o sistema mundial sob novas bases hegemônicas. Se criará uma bifurcação. De um lado, estarão as forças que buscarão reconduzir o capitalismo histórico através de uma hegemonia compartilhada entre os principais centros da riqueza mundial e, de outro lado, estarão as forças que buscarão superar o moderno sistema mundial por um sistema póshegemônico. Esse confronto, não será um apenas confronto entre Estados-nações, ainda que, em parte, possa ser dirigido a partir deles. Ele terá também uma forte dimensão transnacional. Ela já se insinua, por exemplo, nas manifestações de massa contra a coordenação oligáriquica da economia mundial, expressa em fóruns como o G-7, Davos e OMC. Se a dimensão transnacional predominar, a humanidade poderá atravessar o caos sistêmico, sem sucumbir em uma nova guerra que a eliminaria. Nesse caso, as forças transnacionais criariam correias de transmissão que atravessariam os Estados nacionais, impedindo o seu uso pelas oligarquias mundiais. Se a dimensão nacional predominar, dificilmente se poderá evitar a tendência ao fascismo e à barbárie e o uso do Estado como instrumento de coerção.

Vejamos os fundamentos empíricos das teses que enunciamos.

### A Crise de Hegemonia dos Estados Unidos e a Economia Mundial

Afirmamos que ingressamos num novo ciclo de Kondratiev que se estabeleceu inicialmente nos Estados Unidos, a partir de 1994, e se estendeu à economia mundial, a partir de 1996. Essa é uma afirmação que contraria diversos autores que vêem, desde os anos 80, a instauração de um novo regime de acumulação mundial financeirizado. Não negamos a existência de uma bolha financeira na economia mundial, que tem sua origem na necessidade de financiamento do balanço de pagamentos dos Estados Unidos. Entretanto, essa bolha se combina, nos anos 90, com a liderança mundial dos investimentos produtivos. Que elementos temos para fazer essa afirmação? Tomemos dois indicadores: a taxa de crescimento do PIB per cápita, principal indicador das fases do Kondratiev, e a taxa de lucro, seu principal determinante.

Se observarmos esses indicadores nos Estados Unidos, perceberemos claramente o desenho dos Kondratievs. Entre 1938 e 1966, o crescimento per cápita alcança 3,0%. Nesse intervalo, somente possuímos dados para a taxa de lucro entre 1959 e 1966, quando ela atinge o índice médio de 10,3%. Mas a alta convergência entre as taxas de crescimento per capita entre 1938-1966 e 1959-66, nos permite

supor uma taxa de lucro muito semelhante. Entre 1967 e 1993, a taxa de lucro cai 35% e o crescimento per cápita se reduz em 43%, em relação ao obtido na fase anterior. Esse é um período em que a dívida pública tem uma expansão muito superior ao PIB, indicando a força dos juros na economia estadunidense. A partir de 1993, o quadro se altera novamente. A taxa de lucro se eleva abruptamente e se consolida num intervalo de 7 anos, fato inexistente em 25 anos. Entre 1994 e 2000, ela alcança a média de 8,4% e o crescimento da renda per capita atinge 3,1%, representando um índice 82% superior ao da fase B do Kondratiev (Ver gráficos 1, 2 e 3).

Não possuímos dados sobre a taxa de lucro para a economia mundial. Mas os índices de crescimento per capita nos permitem fundamentar nossas observações. A economia mundial experimentou, a partir do entre guerras, uma fase A do Kondratiev bastante longa. Ela começa em fins dos anos 30 e é impulsionada pela expansão da hegemonia dos Estados Unidos. Dura 35 anos, com um crescimento per capita de 2,3%. Entre 1974 e 1995, se desenvolve a fase descendente do Kondratiev. Nesse intervalo o crescimento per capita cai 50%. Uma nova inflexão ocorre entre 1996 e 2000. A renda per capita retoma sua expansão acelerada, alcançando o índice de 2,1% e sinaliza a emergência do novo Kondratiev (Ver gráfico 4).

A segunda tese que afirmamos foi a de que sobre esse novo Kondratiev que emerge, incide o movimento descendente do ciclo sistêmico estadunidense. Uma conseqüência dessa afirmação, é que os Estados Unidos perderão a liderança do crescimento econômico mundial e, provavelmente, se expandirão em taxas inferiores às da economia mundial. Outra conseqüência, é que esse Kondratiev terá uma fase de expansão menor e pouco expressiva em relação a do Kondratiev.

Muitos contestam a assertiva de que os Estados Unidos estão perdendo sua posição hegemônica na economia mundial. Assinalam, como sinal da retomada de sua hegemonia, a conversão do dólar em moeda mundial que financia, a partir dos anos 80, a sua recuperação econômica. Os mais apressados afirmam que os Estados Unidos não só teriam recuperado a sua condição de potência econômica e financeira, mas estariam se aproximando da condição de império.

Entretanto, como assinala a teoria do sistema mundial, para se analisar com cuidado essa conjuntura, é preciso resgatar a história como premissa metodológica. Em seu novo livro, Giovanni Arrighi e Beverly Silver afirmam que se tomarmos em

consideração a longa duração, poderemos identificar nos ciclos do moderno sistema mundial, padrões de repetição e evolução que nos ajudam a compreender a natureza das transformações que vivemos e as suas consequências futuras.

Eles indicam que quando se deterioram as bases produtivas e comerciais de uma hegemonia, a potência dominante busca manter-se na liderança, desenvolvendo um regime financeiro de acumulação. Ela utiliza o seu controle das altas finanças, para num ambiente competitivo e de disputa pelo capital circulante, drenar recursos da economia mundial para financiar seu crescimento econômico. Entretanto, ela não pode resistir à competição econômica das novas configurações de poder e ao desgaste ideológico de tornar-se um travão da economia mundial.

Tomemos em consideração o caso britânico. Todos sabemos do esgotamento da condição hegemônica desse Estado entre 1870 e 1913. Entretanto, essa decadência não se deu de maneira regular e uniforme. Por 17 anos, isto é, entre 1880 e 1896, a Grã-Bretanha reverteu a perda de poder relativo que se iniciou nos anos 70. Na década de 70, a economia britânica aumentou o PIB per capita em 0,9%, enquanto os Estados Unidos o fizeram em 2,7%. Já nos 17 anos de regime de acumulação financeira, a Grã-Bretanha cresceu acima da média mundial e da economia dos Estados Unidos. Seu PIB per capita se expandiu em 1,4%, contra os 1,1% obtidos pelos Estados Unidos e pela economia mundial. No entanto, a fase A do novo Kondratiev, que se inicia em 1897, derrota de vez a economia britânica. Reaparecem os valores da década de 70. A economia britânica tem um desempenho medíocre, muito abaixo ao da economia mundial e ao dos Estados Unidos (Ver gráficos 5 e 6).

Podemos traçar um cenário semelhante para a economia dos Estados Unidos a partir dos últimos 30 anos. Entre 1967 e 1982, os Estados Unidos crescem abaixo à média da economia mundial. Entre 1983 e 2000 retomam a dianteira (Ver gráfico 7). Mas por quanto tempo?

Tal como a Inglaterra, entre 1880 e 1896, a vinculação dos Estados Unidos à financeirização, entre 1983 e 2000, lhe permitiu retomar sua projeção sobre a economia mundial, mas não lhe devolveu a liderança no crescimento econômico. Embora no período de sua financeirização, a Inglaterra ultrapasse provisoriamente os Estados Unidos, permanece secundada pela Alemanha no dinamismo econômico, que expande seu PIB per capita, nesse intervalo, em 1,8%. Já no período recente, os Estados Unidos ultrapassam o Japão, mas não conseguem fazer o mesmo com o conjunto do Leste Asiático, que permanece a sua frente impulsionado,

principalmente, pelo dinamismo econômico da China e da Índia (Ver gráfico 8).

Na base dessa estratégia da tendência de reversão do declínio hegemônico, que havia se afirmado entre 1967-82, esteve a valorização do câmbio e a liberalização comercial e dos investimentos. O governo e a burguesia norte-americana capturaram parte significativa da liquidez internacional através da valorização dos seus ativos para realizar investimentos e impulsionar o crescimento. Ao mesmo tempo, através da concorrência, buscavam com maior ou menor agressividade se desfazer dos setores decadentes de sua economia. Nos anos 80, essa estratégia utilizou como instrumento de captação a dívida pública, mas encontrou um limite em sua brutal expansão que ameaçou a previdência social e ao welfare state. Nos anos 90, a estratégia se articulou à reestruturação e expansão do setor produtivo, mas já em 1998, dava evidente sinais de exaustão.

Apesar da haver impressionado muitos analistas, esse tipo de estratégia apresentou grandes desequilíbrios. O principal deles, o déficit em conta corrente. Ele era a contrapartida da captura da liquidez internacional e significava que o grande capital norte-americano havia perdido a aposta, sobretudo para o Leste Asiático, na reconquista da competitividade mediante a concorrência.

Entre 1980-86, esse déficit se expande à astronômica taxa de 71% a.a. Uma derrota tão grande no jogo da concorrência tem sua explicação em duas razões: a captação de poupança externa era realizada principalmente por instrumentos financeiros que elevavam os juros e dificultavam os investimentos; e esses, por sua vez, concentraram-se no setor militar que, baseado no segredo e em hierarquias, revelava-se obsoleto para liderar o paradigma microeletrônico. Entre 1990-93, a contenção dos gastos militares, a redução dos juros e do custo da hora de trabalho, possibilitada pela recessão do início da década, elevam a taxa de lucro, permitindo que o setor produtivo e a bolsa de valores fossem os instrumentos de captação de recursos externos. A crise de 1990-91 e o financiamento externo à guerra do golfo produzem certo alívio no balanço de pagamentos. Mas a volta do crescimento pressiona novamente o déficit. Entre 1992-99, o rombo em conta corrente cresce 32% ao ano, até atingir 4,5% do PIB (Council of Economic Advisers, 2001-B). A partir da segunda metade de 2000, a economia desacelera para uma situação de crise e estagnação. Quais as probabilidades dela voltar a crescer aceleradamente? Ao nosso ver poucas.

A análise da crise que se inicia em 2000, nos permite lançar luz sobre as

contradições do modelo de desenvolvimento com que os Estados Unidos ingressam na fase A do novo Kondratiev. Os principais determinantes da crise estadunidense são o déficit do balanço de pagamentos e o aumento de salários que o crescimento acelerado provoca. Vejamos isso em detalhe:

A deterioração do poder comercial e produtivo dos Estados Unidos provoca a tendência ao déficit na conta corrente. Essa tendência é impulsionada pela resistência da burguesia norte-americana em aceitar a perda de poder seu relativo. Ela prefere manter o dólar sobrevalorizado e financiar os déficits em conta corrente através do financiamento externo. Nos anos 80, como vimos, esse financiamento foi obtido através da dívida pública. Nos anos 90, o financiamento se dirigiu ao setor produtivo através de fusões, aquisições e indexação da bolsa de valores. Entretanto, o déficit cresceu mais do que a massa de lucros, ameaçando a sustentabilidade do ingresso de divisas, já que a capacidade do setor produtivo para absorver essa massa de capitais era limitada. Para manter sob controle essa ameaça, buscou-se a valorização dos ativos através de um novo movimento de elevação do câmbio, que se inicia em 1996, utilizando-se para isso as taxas de juros. Esse movimento era contraditório: se de um lado, manteve provisoriamente o fluxo de capitais ao setor produtivo através de mecanismos especulativos, de outro lado, contribuiu para limitar o desenvolvimento da taxa de lucro.

O dólar sobrevalorizado tornou a economia dos Estados Unidos altamente sensível à concorrência externa. O resultado foi: baixas taxas de inflação, principalmente ao produtor, e a redução da margem de negociação frente às pressões salariais. Nesse contexto, os setores de ponta da economia estadunidense, não podem acomodar a elevação salarial mediante o aumento de preços. Apesar dos salários médios nos Estados Unidos serem hoje inferiores aos de 1962, o seu incremento desde 1996, provocou uma queda de 31,6% na taxa de lucro, causando a crise (Ver gráficos 9 e 10). Isso significa um enorme obstáculo à expansão da economia dos Estados Unidos.

O que isso significa? Significa que dentro desse padrão de desenvolvimento, ela não poderá mais funcionar à médio e longo prazo com altas taxas de crescimento. Exposta à concorrência externa, não poderá acomodar a tendência ao aumento salarial que a redução do desemprego proporciona. A retomada do crescimento será lenta, pois nesse modelo de desenvolvimento os Estados Unidos precisarão aumentar o desemprego e gerar rebaixas salariais. Trata-se de um formidável obstáculo. A

redução dos impostos e dos juros não permitirá saltá-lo. Estes fatores permanecerão atuando sobre o desenvolvimento dos Estados Unidos, enquanto a sua burguesia não aceitar um reajuste do valor de suas riquezas em relação às da economia mundial.

Em relação à questão, que mencionamos, da intensidade de crescimento da fase A do novo Kondratiev, temos observado os seguintes padrões de 1900 até hoje. Dentro de cada Kondratiev, as fases A duplicaram o crescimento da fase B. É possível, portanto, que haja uma certa regularidade entre o crescimento das fases A e B de Kondratievs distintos, por sua inserção na longa duração. Caso haja um padrão entre fases A de decadência e fases B de hegemonia, podemos esperar, a partir da experiência britânica, um crescimento per capita de aproximadamente 1,8% no período de expansão que se abre, isto é, cerca de 1 vez e meia o obtido pela fase B anterior (Ver gráfico 11).

#### A Crise do Moderno Sistema Mundial

A terceira tese que enunciamos, foi a de que o caos sistêmico que se aproxima não poderá ser resolvido pelos padrões de sucessão do moderno sistema mundial. Para que esse caos seja superado, as forças pós-hegemonicas e socialistas devem fundar um novo sistema mundial. De que indicadores dispomos para fazer essa afirmação?

Um primeiro indicador é o de que não haverá Estado capaz de concentrar toda a soma de poderes necessárias para exercer a hegemonia. no sistema mundial. Isso é expressão da aceleração da densidade dinâmica do sistema mundial. A variedade, o número e a quantidade de transações entre as unidades do sistema se acelerou de tal forma que as externalidades predominam nas inovações tecnológicas. A apropriação privada dos resultados econômicos das inovações torna-se cada vez mais reduzida (OECD, 1991). As grandes potências oligárquicas e suas empresas internacionais se defendem dessa situação realizando parcerias seletivas. Mas essa resposta é de notória insuficiência. Ela não impede que o dinamismo econômico se transfira para regiões do mundo de renda per capita muito mais baixa, como é o Leste Asiático.

Isso tem dois significados: um, que liderar a capacidade acumulada em ciência e tecnologia, não é garantia de manter-se em situação hegemônica. Pelo contrário, pode significar uma fonte geradora de externalidades para a economia mundial. O outro, que os países periféricos podem competir pelo centro da economia mundial desde que se articulem internamente e externamente para isso.

O segundo indicador de nossa tese, é a transferência do dinamismo econômico para uma região que não só é periférica, mas que representa 40% da humanidade. Isso representa uma enorme ruptura com os padrões da hegemonia e da riqueza oligárquica. Os países hegemônicos representaram entre 0,3% e 6% da humanidade, inviabilizando o controle da população mundial sobre a riqueza e seu deslocamento. Essa inversão, que ora se verifica, sinaliza para a perspectiva de um forte controle social da riqueza produzida (Maddison, 2001).

Mencionaríamos ainda um terceiro indicador de nossa afirmação. A nova divisão do trabalho instituída pelas chamadas empresas globais está deteriorando a solidariedade da classe trabalhadora a seus Estados nacionais. Isso ocorre porque, como mencionou Ruy Mauro Marini, em seus últimos trabalhos, a interpenetração crescente dos mercados está generalizando a superexploração do trabalho no seio da economia mundial. Ela aproxima os regimes de reprodução da força de trabalho, nivelando-os por baixo, mas cria condições objetivas para o desenvolvimento do internacionalismo proletário.

Esses três indicadores sinalizam a possibilidade de construção de um conjunto de forças anti-oligarquicas que una periferia e centro, oriente e ocidente, em busca de uma civilização planetária. Entretanto, essas forças econômicos são por si só insuficientes para construir um bloco histórico capaz de fundar um novo sistema mundial. Eles deverão ser complementados com a emergência de elementos políticos e culturais que criem uma mobilização mundial em torno da paz para superar a ameaça à humanidade que representa o poder militar do hegemón.

Antes de terminar essa seção, gostaria de mencionar algumas palavras sobre a América Latina no sistema mundial. O papel que esse velho mundo que se deteriora reserva à América Latina é dos piores. Periferia de um centro decadente, a América Latina ocupa hoje a mesma função que Índia e China desempenharam entre último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX. Isto é, o de ser objeto de um instrumento do poder regional do hegemón para postergar sua decadência. Perspectivas medíocres de desenvolvimento, desnacionalização, polarização social e barbárie cultural são o futuro que nos espera, caso continuemos a trilhar os caminhos da dependência.

È preciso retomar a iniciativa política, social e ideológica na região, associando a América Latina a um novo internacionalismo.

# A Crise de Hegemonia Militar dos Estados Unidos e Os Sinais do Caos Sistêmico

O atentado de 11 de setembro de 2001 é o primeiro indicador da aproximação de um período de caos sistêmico que ameaça o sistema mundial de uma profunda desorganização. Vimos que um país para ser hegemônico deve concentrar uma liderança mundial produtiva, comercial, financeira, militar e ideológica, que permita que seu poder seja visto como inconteste e consensual. A partir de 1967, essas diversas dimensões da hegemonia têm sido desgastadas ou deterioradas ainda que em ritmos diferenciados e desiguais. No plano produtivo e comercial, a crise de hegemonia dos E.U.A se manifesta na transferência do dinamismo econômico para o Leste Asiático. Nos anos 70, essa transferência se realiza, principalmente, para Japão, Taiwan e Coréia do Sul, e nos anos 80 e 90, se consolida ao se estender para China e Índia.

Para conter o reajuste de sua posição financeira em relação à economia mundial, a burguesia norte-americana, nos anos 80, apoiou a estratégia republicana de reafirmar a posição de potência dos E.U.A. Ela se baseou na sobrevalorização do dólar que financiou a retomada da corrida armamentista e a 2ª guerra fria. Isso permitiu aos E.U.A voltar a crescer acima da média da economia mundial e praticar uma forte ofensiva ideológica e militar. Entretanto, essa ofensiva registrou enormes contradições. A diplomacia do dólar forte sofreu seu primeiro golpe com a brutal expansão da dívida pública, que sustentou a escalada dos déficits em conta corrente. Os republicanos foram obrigados a abandonar as iniciativas unilaterais no plano econômico e a buscar soluções coordenadas que se materializam no acordo do Plaza, onde negociou-se a desvalorização do dólar diante do iene e do marco. Warfare e welfare entraram em contradição e esse processo culminou com a crise econômica e a derrota eleitoral republicana.

Na década de 90, os democratas retomaram, através de uma nova estratégia, a iniciativa unilateral na gestão de sua moeda, mas flexibilizaram a política imperial. Criam-se superávits fiscais através de cortes de gastos militares e redução das taxas juros e valorizaram-se as instâncias supranacionais de coordenação da economia mundial. O dólar continuou sobrevalorizado e a volta do crescimento econômico elevou novamente os déficits em conta corrente, mas estes passaram a ser financiados pela expansão do capital produtivo, mediante fusões, incorporações e venda de ações ao capital estrangeiro. O final dos anos 90 assiste ao provável esgotamento dessa

estratégia como instrumento de crescimento econômico acelerado. A volta dos republicanos ao poder, em meio à crise econômica, traz, de novo, a prioridade ao projeto imperial.

No plano militar, também podemos observar sinais da crise hegemônica. Para a hegemonia esteja aí consolidada, não basta a liderança tecnológica. È necessário, de um lado, que essa liderança seja uma força de dissuasão do emprego da força para questionar os padrões da geopolítica organizada pelo hegemón. E de outro lado, que ela garanta vitórias militares a um custo que não questione a legitimidade interna do projeto hegemônico.

Nessa perspectiva, o primeiro sinal da crise, no âmbito militar, foi a derrota na guerra do Vietnã, onde morrem 57.605 norte-americanos. Nessa derrota foi decisiva a participação da opinião pública norte-americana. Embora, ela inicialmente apoiasse a guerra, a partir de 1968, assustada com o alto número de mortes e mutilações de parentes e amigos, pressiona para a retirada norte-americana do conflito, que ocorre em 1973.

Para restaurar a credibilidade da política imperial era fundamental aos E.U.A reestruturar sua estratégia militar. Ela ganha forma no projeto Guerra nas Estrelas que inspira um novo tipo de intervenção militar. Ao invés de guerras terrestres e pesadas baixas, os norte-americanos deveriam usar tecnologia altamente sofisticada para travarem batalhas através do espaço e dos céus. As guerras do Golfo e do Kosovo são expressões dessa nova estratégia. Mas ela possuía uma enorme contradição. Os E.U.A alcançavam seus objetivos militares, mas não derrubavam os governos que estavam na raíz dos conflitos. Para fazê-lo, teriam de aceitar batalhas terrestres e o risco de um alto número de baixas.

No atentado contra o World Trade Center e o Pentágono ressurge em cores vivas o fantasma do Vietnã. Não só pelo número de mortes provocadas, mas pela incapacidade da política imperial garantir a segurança da população norte-americana. Na origem desse ato terrorista está a formação de uma sociedade civil internacionalmente articulada e um enorme ressentimento contra a opressão mundial causada pelo poder imperial. Ele é um resultado da tentativa republicana de retomar uma política de hegemonia, num momento em que as condições para essa ofensiva são cada vez mais improváveis. Seus alvos foram os símbolos dos poderes financeiro e militar dos E.U.A.

Esse novo inimigo é de difícil controle pelo poder militar do hegemón. Em

primeiro lugar, porque está localizado de forma difusa pelo território global. Em segundo lugar, porque seus laços de articulação possuem forte dimensão simbólica, marcadas por formas de perceber identidades sociais, culturais, ideológicas, econômicas no mundo. Em terceiro lugar, porque a massificação das tecnologias de destruição permite seu uso por nós dispersos da rede.

O poder imperial se torna insular diante dessas ramificações. A tentativa de empregá-lo de forma violenta, malgrado certos resultados mais imediatos, poderá criar as condições para estendê-las à médio prazo, iniciando um conflito de dimensões imprevistas, com uma nova ofensiva ideológica do fascismo. É tarefa fundamental das forças populares isolar os setores que impulsionam essa alternativa.

#### O Caos Sistêmico e A Nova Encruzilhada Histórica

Como demonstram as obras de Giovanni Arrighi, Beverly Silver e Wallerstein, o caos se inseriu, historicamente, no contexto de um movimento cíclico de sucessão de hegemonias estatais que permitiu reorganizar o moderno sistema mundial. Embora seja um período de anarquia, violência e de horrores, ele possibilitou a expansão do capitalismo histórico. De um lado, produziu guerras de dimensões mundializantes impulsionadas por bifurcações organizacionais que cindiram o sistema em projetos estatais competitivos. Mas de outro lado, limitou a tentação imperial e desenvolveu o sistema inter-estatal, possibilitando que o conflito político militar culminasse com o deslocamento do eixo da organização desse sistema para outro estado com bases produtivas, demográficas, financeiras e políticas mais amplas e uma localização geográfica mais estratégica.

Entretanto, o que marca a especificidade do caos sistêmico que se aproxima é que ele se dirige não apenas contra uma determinada hegemonia, mas contra o moderno sistema mundial e o capitalismo histórico. Isso ocorre pela crise definitiva do Estado-nação como instância capaz de concentrar a organização da economia mundial.

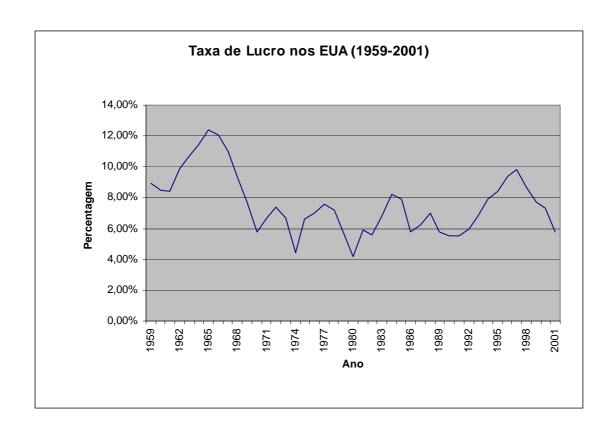
Isso traz características particulares para o período que se aproxima. A bifurcação que ele engendrará terá configurações próprias. Ela não oporá projetos estatais distintos que buscam a hegemonia. Ela confrontará as forças que buscam preservar o capitalismo histórico com aquelas que buscarão superá-lo, construindo uma nova civilização de caráter planetário.

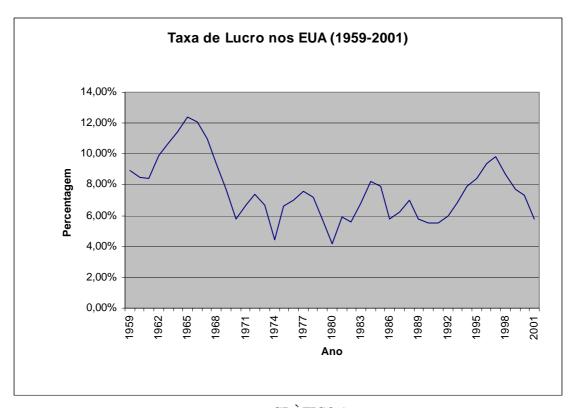
Nas confrontações que se estabeleceram nos períodos de caos sistêmico, os Estados que viram frustrados seus projetos de dominação desenvolveram características fortemente imperiais de intervenção. Esse foi o caso da França napoleônica, cujo expansionismo no continente europeu violou os princípios do Tratado de Westphália. Esse intervencionismo teve uma dimensão progressista ao combater forças políticas com forte caráter feudal na Europa. Entretanto, ele também estabelecia um forte controle político interno, consolidando o sepultamento do sufrágio universal estabelecido nas etapas mais radicais da revolução francesa. Posteriormente, a expansão do capitalismo histórico e a liquidação das forças feudais no sistema mundial, eliminaram o caráter progressista desse intervencionismo e deram aos novos projetos imperiais forte conteúdo reacionário. Esse foi o caso do fascismo impulsionado pela Alemanha nazista.

No novo período que se avizinha, os projetos de manutenção do capitalismo histórico buscarão articular, desde o hegemón, um conjunto de forças oligárquicas sob formas cada vez mais fascistas. Isso fica nítido nas reações do governo Bush ao atentado de 11 de setembro. Ele buscou aprovar nos Estados Unidos e na União Européia um conjunto de políticas que permitiam um amplo conjunto de violações aos direitos individuais, principalmente dos estrangeiros e imigrantes, colocando em risco sua integridade física. Não se trata ainda da imposição de um regime fascista, mas certamente de uma ofensiva ideológica que busca a implementação de políticas fascistas. O projeto fascista dificilmente terá sucesso em impor uma nova ordem que substitua o moderno sistema mundial, pois ele possui um caráter reacionário e busca negar pela violência as forças centrífugas que o caos tende a estabelecer. Entretanto, há o risco dele se tornar um obstáculo para que o projeto da civilização planetária se imponha. Nesse caso, o caos tenderia a se aprofundar e a humanidade sucumbiria num processo de choques brutais entre forças anti-imperialistas, incapazes de reconduzir o sistema mundial a um nível superior, e forças fascistas, incapazes de restabelecer qualquer ordem.

Frente a essa possibilidade, há que se impor o projeto de uma nova civilização planetária. Ele se baseará numa democratização radical das organizações políticas internacionais e na garantia a todos os povos de seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais fundamentais, eliminando a apropriação oligárquica das riquezas produzidas pela humanidade. Seu fundamento será a realização do indivíduo social imaginado por Marx, nos Grundrisse. Indivíduo esse marcado pela liberdade para se

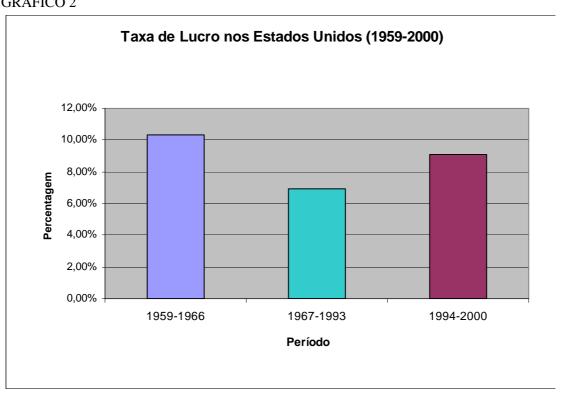
apropriar das forças produtivas geradas pelo homem e para se relacionar socialmente. Um projeto desse tipo deverá se basear na aliança dos povos da periferia, semiperiferia e dos países centrais contra a superexploração, a guerra e a barbárie fascista que ameaçam a sobrevivência no planeta da humanidade e das variadas formas de vida.

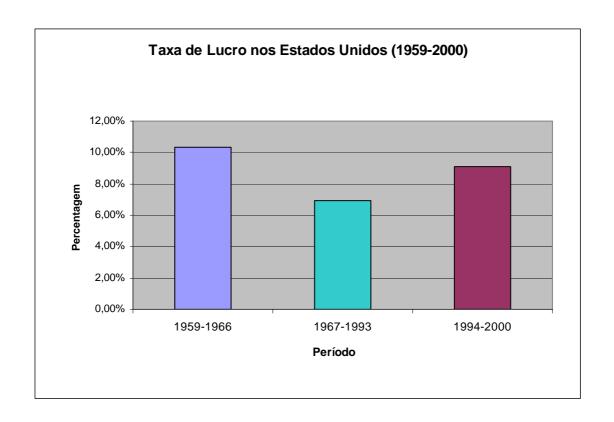




GRÀFICO 1
Fonte: Economic Report of The President (2001) e Economic Indicators 2001 (september).
Os dados de 2001 se referem ao primeiro semestre

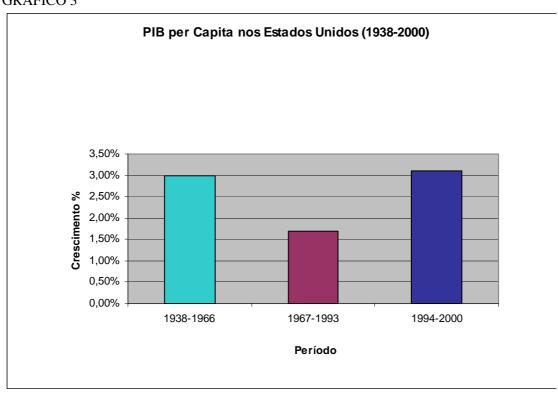
### **GRÁFICO 2**

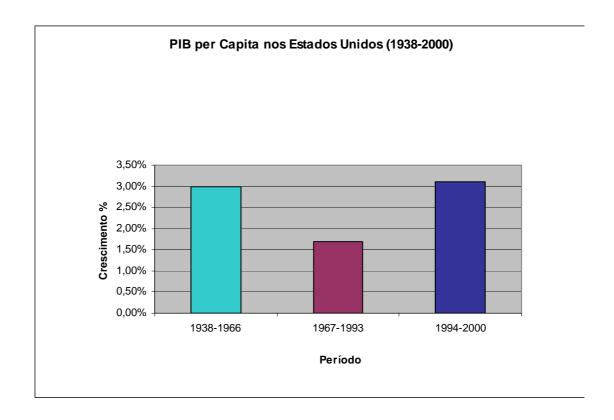




Fonte: Economic Report of The President (2001)

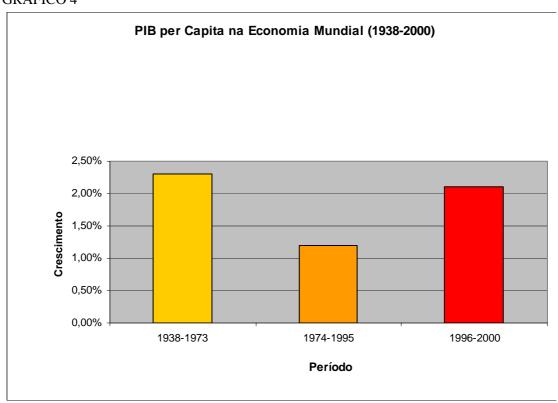
# **GRÁFICO 3**

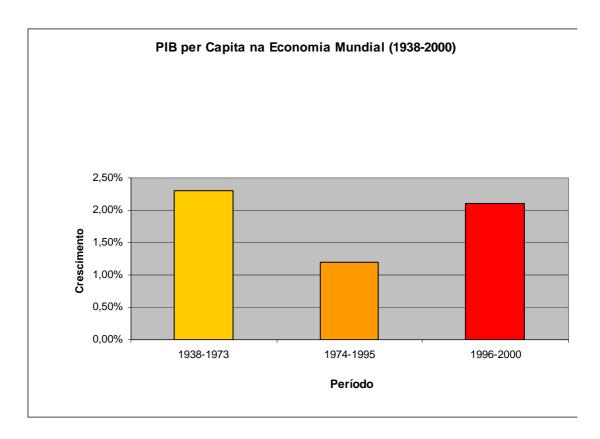




Fonte: Economic Report of The President (2001)

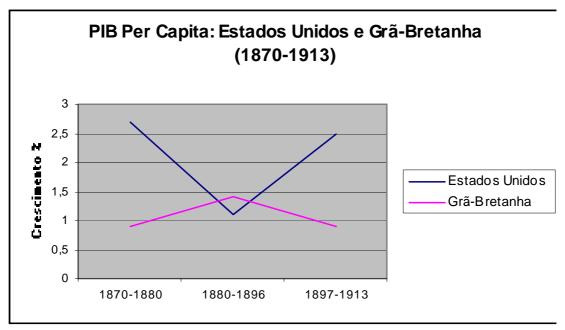
# **GRÀFICO 4**

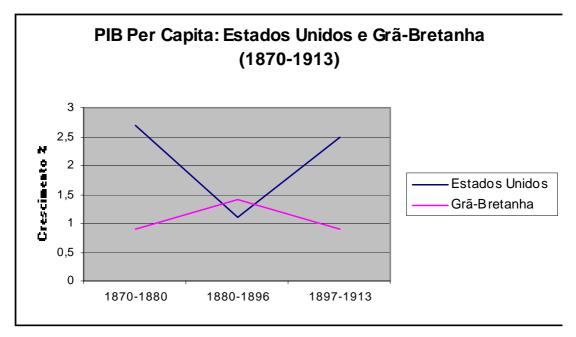




Fonte: Maddison (2001) e Economic Report of The President (2001)

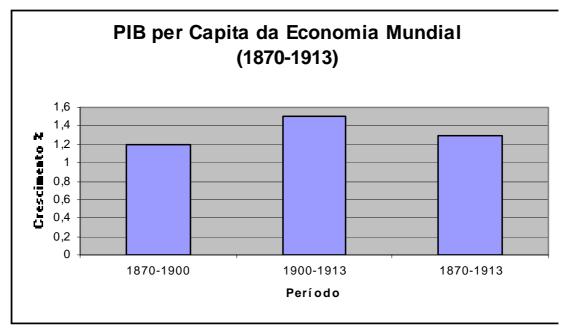
**GRÁFICO 5** 

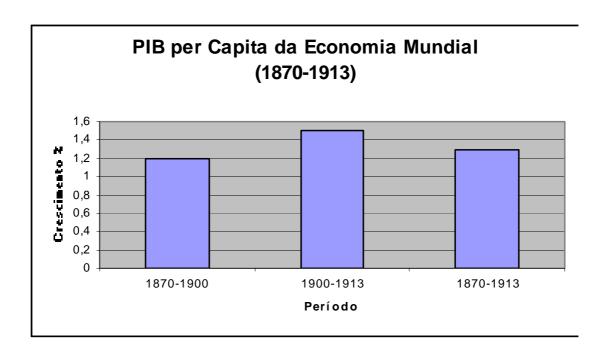




Fonte: Maddison (1997)

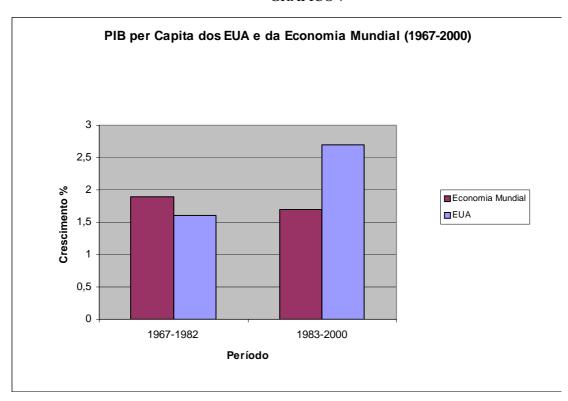
# GRÁFICO 6

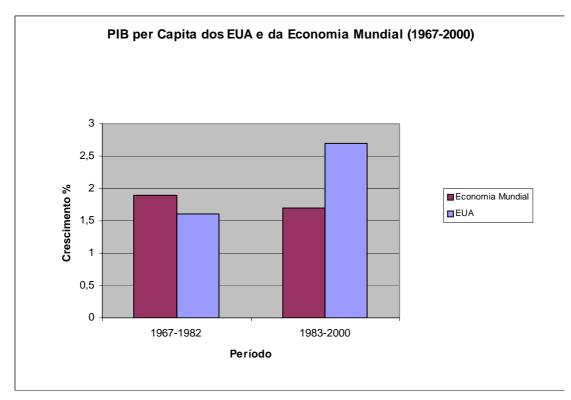




Fonte: Maddison (1997)

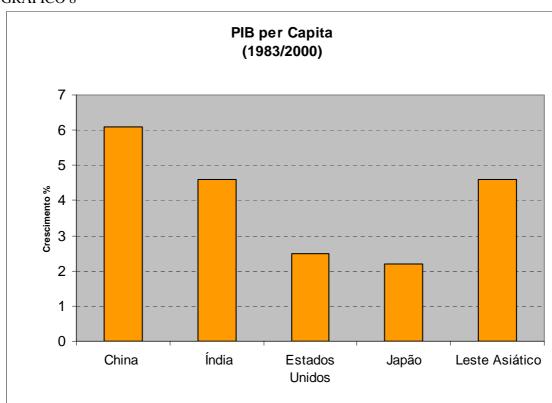
GRÁFICO 7

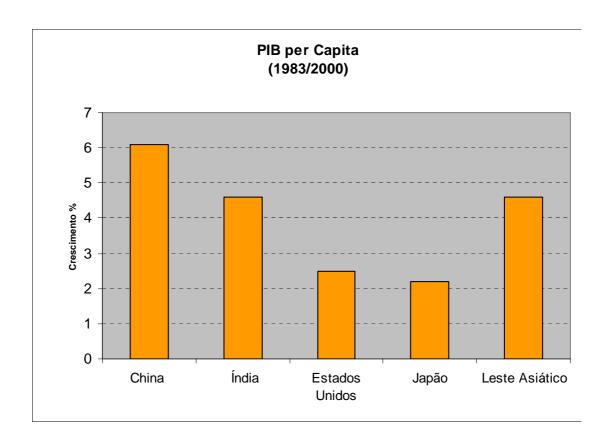




Fonte: Maddison (2001) e Economic Report of the President (2001)

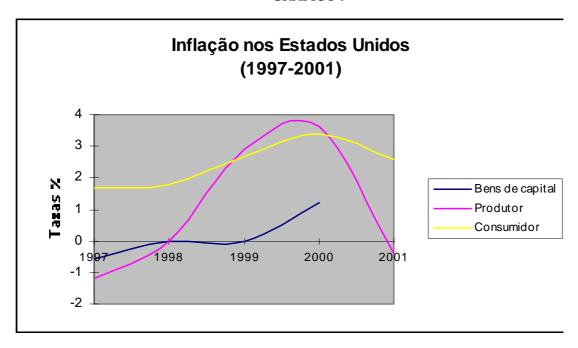
# **GRÀFICO** 8

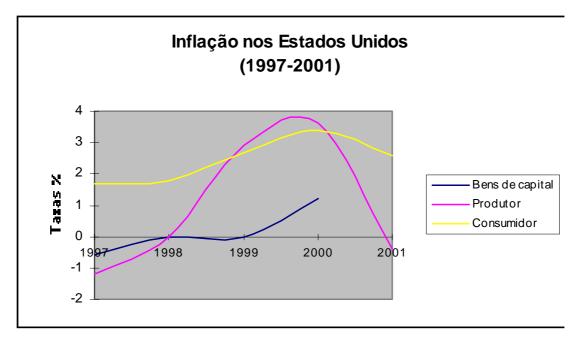




Fonte: Maddison (2001) e Economic Report of the President (2001)

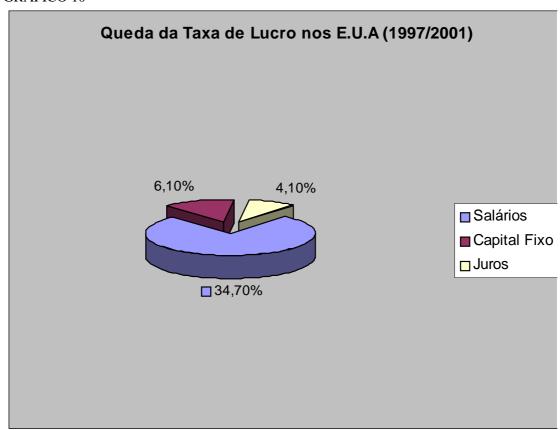
GRÁFICO 9

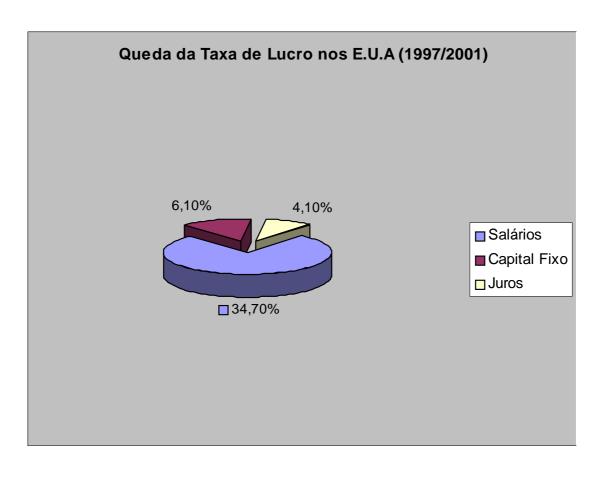




Fonte: Economic Indicators 2001 (September) e The Ecxonomist Os dados para 2001 incluem até o mês de outubro e não se referem aos produtores de bens de capital

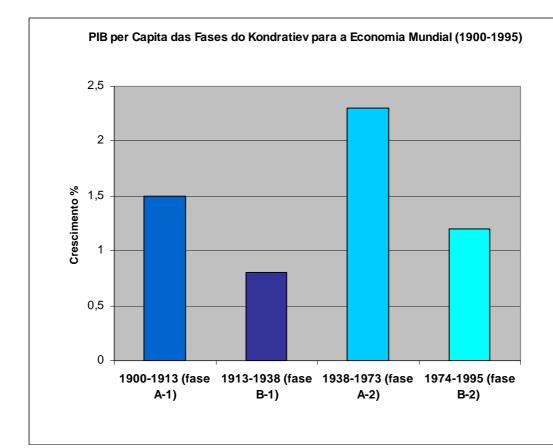
# **GRÁFICO 10**

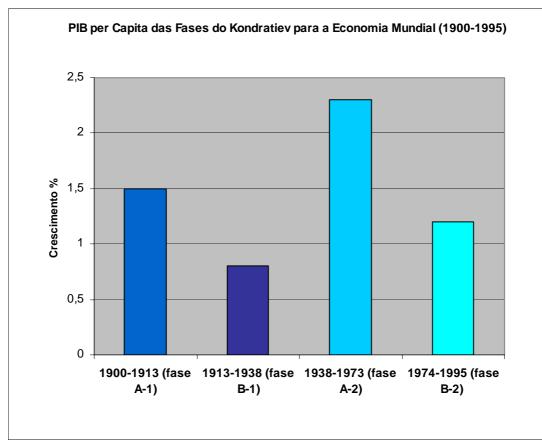




Fonte: Maddison (2001) e Economic Indicators 2001 (September)

GRÁFICO 11





Fonte: Maddison (1997) e (2001)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÀFICAS

ARRIGHI, G	IOVANNI	(1996). <i>O Longo Século XX</i> , Contraponto, Rio de
Janeiro, Brasil,	1996.	
		(1997). A Ilusão do Desenvolvimento, Vozes,
Petrópolis, Brasil,	1997	_ ,
		e BEVERLY SILVER (1999). Chaos and
Governance in the M 1999.		rld System. Minnesota Press, London and Minneapolis,
		MIC ADVISERS, (2001-A) Economic Indicators. ting Office, July, Washington
		OMIC ADVISERS, (2001-B) Economic Report of The nment Printing Office, Washington
DOS SANTO México, 1978	S, THEOT	ΓÔΝΙΟ (1978) Imperialismo y Dependencia, Era,

HOBSBAWM, ERIC (1995). *A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991*, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, Brasil, 1995.

KONDRATIEV, Nicolai (1992) Los Ciclos Largos de la Coyuntura Economica. Mexico D.F:, UNAM, 1992

MADDISON, ANGUS (1997). *La Economia Mundial 1820-1992: Analisis y Estadísticas*, OCDE, Paris, 1997.

MADDISON, ANGUS (2001). The World Economy: A Milennial Perspective. OECD, Paris, 2001

MARX, KARL (1985). O Capital. Livros I, II e III. São Paulo, Brasil, Difel, 1985.

\_\_\_\_\_(1987) Elementos Fundamentales para la Economía Política (Grundrisse), Siglo XXI Editores, 11ª Edição, 1987

OECD (1991). *Background Report Concluding The Technology Economic*. Programme/TEP, OECD, Paris, 1991.

RICHTA, R (1971). *La Civilización en la Encrucijada*, SigloXXI, México D.F., 1971.

WALLERSTEIN, I. (1985). *O Capitalismo Histórico*, Brasiliense, Rio de Janeiro, Brasil, 1985.

World System 1945-2020, Zed Books, London & New Jersey, 1996.

\_\_\_\_\_ (1998). "Paz, Estabilidad y Legitimación 1990-2025/2050", In SEGRERA, Francisco López *Los Retos de La Globalización – Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos*, Tomo I, UNESCO, Caracas, 1998.